

O QUE O BRASIL PRECISA DOMINAR?

RECUPERAR CAPACIDADES NA QUÍMICA FINA É ESTRATÉGICO PARA REDUZIR DEPENDÊNCIAS EXTERNAS E FORTALECER A BASE PRODUTIVA E TECNOLÓGICA DO PAÍS

Andrey Freitas e Fernada da Costa

A indústria química brasileira vive uma contradição incômoda. Somos o sexto maior complexo químico do mundo e o terceiro maior setor da indústria de transformação em valor adicionado, com R$ 489 bilhões de receita em 2023. Somos, também, o país em que as vendas dos importados cresceram 277% entre 2005 e 2023, contra apenas 56% da fabricação nacional. Em 2025, o déficit comercial do complexo chegou a US$ 48,1 bilhões. E, no centro dessa perda, está a química fina: o elo de maior valor agregado inserido dentro do próprio complexo.

Este cenário é o que documenta o estudo Panorama do Complexo Químico Brasileiro e Agenda Estratégica, elaborado pela LCA Consultoria Econômica e pela Macrotempo para o Instituto Nacional do Desenvolvimento da Química (IdQ). O recorte costuma passar despercebido: o grande complexo reúne produtos químicos orgânicos e inorgânicos inseridos em produtos como medicamentos, defensivos agrícolas, resinas e elastômeros, solventes, aditivos, adesivos, catalisadores, tintas, cosméticos, produtos de limpeza, fertilizantes, cimento, entre outros.

O diagnóstico do IdQ dimensionou o que está em jogo no complexo químico como um todo: cerca de 336 mil empregos diretos, com salário médio de R$ 5.823 – 52% acima da média da transformação; R$ 40

bilhões em tributos federais, perto de 8% da arrecadação da indústria de transformação; intensidade de P&D 1,6 vez superior à média industrial; 89% das empresas com inovação implementada em 2023. Essa diversidade torna o setor transversal, presente na agricultura, na saúde, na construção, na mobilidade. Não é um setor qualquer: é infraestrutura produtiva e tecnológica de praticamente todas as cadeias.

Mas dentro deste complexo tão diverso está a química fina, formada por intermediários de síntese, princípios ativos, farmoquímicos, defensivos, corantes, aditivos e especialidades de maior valor agregado que as commodities. E é dentro dela que a perda dói mais – e é sobre a química fina que este artigo se debruça.

A história já respondeu uma vez

Não é a primeira vez que essa pergunta se impõe. Ao reconstruir a trajetória da química fina brasileira, Nelson Brasil de Oliveira (Química Nova, 2015) mostrou que os anos 1980 foram de expansão: política industrial, compras públicas e financiamento moveram cerca de US$ 1 bilhão em investimentos. Nos anos 1990, a abertura sem adaptação e o câmbio valorizado fecharam 1.096 unidades produtivas e cancelaram 355 projetos. Capacidades químicas que levam décadas para se construir, em um quinquênio podem se desmanchar. E a perda não se resume a fábricas desativadas: desindustrializa-se também quando o país deixa de produzir intermediários, perde fornecedores e esvazia cadeias de produção.

Onde a perda dói

Quando a química fina enfraquece, fabricar o produto final no país não resolve nada: a dependência apenas migra para os intermediários, os reagentes, os equipamentos e o conhecimento de processo que sustentam a produção.

A farmoquímica é o exemplo mais concreto. O estudo do IdQ registra forte dependência de importações – tanto de insumos para a fabricação de IFAs quanto de máquinas e equipamentos – e produção nacional que responde a menos de 10% do consumo aparente. O 3º Censo do setor farmoquímico, elaborado pela Fiocruz, Abifina e Abiquifi em 2025, mediu a mesma fragilidade com dados de 2024: a produção local correspondeu a cerca de 6% da demanda nacional – 115 IFAs fabricados no Brasil contra 1.905 comercializados; 1.760 toneladas produzidas, o equivalente a 0,14% do volume de produtos orgânicos importados no mesmo ano, e uma ociosidade de 10% a 50% no segmento, porém com investimentos em PD&I de 1% a 15% do faturamento e 110 patentes na rota sintética.

Nos defensivos agrícolas, o desequilíbrio tem outras faces. Foram

aromat
A química da solução.
PRODUTOS QUÍMICOS COM QUALIDADE
· Pigmentos
· Ceras Micronizadas
· Neopentil Glicol
· Trimetilolpropano
· Paraformaldeído
· Pentaeritritol
· Agentes Reológicos
· Umectantes / Dispersantes
· Solventes
· Coalescentes
· Antiespumantes
· Bentonitas
Braskem Dynakrom MPI Micro Powders PATCHAM synthomer TRONOX Perstorp
Aponte o seu celular e ACESSE NOSSO SITE
Estrada dos Casa, 2301 - Bairro dos Casa - São Bernardo do Campo - SP - CEP 09840-000
(11) 4344-3906 / 3907 vendas.ar@aromat.com.br www.aromat.com.br

760 mil toneladas de produtos formulados importadas em 2024 – sendo 533 mil só da China – enquanto as plantas nacionais operaram com 28% da capacidade instalada em 2023. Os dois números não são coincidência: a entrada crescente de formulações prontas substitui o produto formulado fabricado localmente, esvaziando a etapa de maior valor agregado da cadeia. Some-se a isso um tratamento regulatório assimétrico – o produto nacional e o importado não enfrentam o mesmo grau de controle – e um mercado em que cerca de um quarto dos produtos convive com irregularidades. A resposta não é fechar a economia: é isonomia competitiva – padrões equivalentes de qualidade, rastreabilidade e responsabilidade para o que é produzido aqui e para o que entra.

A agenda que separa os dois futuros

O estudo do IdQ analisou dois cenários: um cenário inercial, onde a participação nacional nos químicos de uso industrial cai de 44% para 32% em 2036, e um cenário de recuperação, que adiciona R$ 551 bilhões em produção, R$ 161 bilhões em PIB e 1,5 milhão de empregos. Entre os dois futuros não há mistério: há um conjunto de ações em três frentes – devolver escala ao que se perdeu, tornar a regulação previsível e garantir que a concorrência seja leal.

Recuperar escala exige financiamento compatível com o risco do setor e demanda previsível. Na farmoquímica – atividade intensiva em pesquisa e inovação, mas travada pela escassez de mão de obra especializada –, isso significa desenvolver Políticas de Estado e estimular o fornecimento de IFAs ao mercado privado, e não apenas ao SUS: o fomento ao setor é relevante, sobretudo, por razões de segurança sanitária.

Tornar a regulação previsível é tão decisivo quanto financiar plantas. Na química fina, investimento produtivo, desenvolvimento tecnológico e regulação fazem parte da mesma equação: não basta criar capacidade industrial se o tempo necessário para colocar o produto no mercado compromete sua viabilidade econômica. Registrar um IFA leva, em média, seis anos – intervalo suficiente para alterar preços, demanda, tecnologias e condições de concorrência e, em alguns casos, tornar obsoleto o próprio projeto que deu origem ao investimento. Nos defensivos agrícolas, a avaliação, que envolve Anvisa, Ibama e Mapa, pode ultrapassar oito anos. Para empresas que precisam decidir hoje onde instalar uma planta, desenvolver uma rota de síntese ou produzir determinado intermediário, a incerteza sobre quando poderão acessar o mercado funciona, na prática, como um custo adicional e um desestímulo à produção local.

Previsibilidade regulatória não significa reduzir rigor técnico, sanitário ou ambiental. Significa estabelecer regras claras, prazos efetivos e procedimentos capazes de entregar decisões em tempo compatível com a dinâmica industrial. O caminho passa pelo cumprimento dos prazos legais, pela maior coordenação entre os órgãos envolvidos, pela eliminação de etapas redundantes, pela digitalização e integração dos processos e pela atualização da legislação quando ela já não responde à realidade tecnológica e produtiva. Mais do que simplesmente acelerar análises, trata-se de construir um ambiente no qual o investidor consiga antecipar requisitos, custos e prazos. Regulação eficiente também é política industrial: quanto maior a incerteza regulatória, menor o incentivo para internalizar etapas produtivas intensivas em capital, tecnologia e conhecimento.

Garantir concorrência leal é o terceiro pilar. A indústria formal investe para cumprir requisitos regulatórios, ambientais, trabalhistas e tributários, manter sistemas de qualidade e rastreabilidade e demonstrar a segurança e a conformidade de seus produtos. Quem opera à margem dessas exigências não suporta os mesmos custos. Produtos falsificados, contrabandeados, adulterados ou irregulares criam, assim, uma vantagem competitiva artificial: não são mais eficientes, apenas deixam de pagar o custo da conformidade. O resultado é duplamente perverso – aumenta o risco técnico, sanitário e ambiental e, ao mesmo tempo, retira mercado justamente das empresas que investem para produzir dentro das regras.

Esse problema ganha dimensão ainda maior quando se considera a competição entre o produto fabricado no país e o importado. Concorrência leal exige que produtos destinados ao mesmo mercado estejam sujeitos a padrões equivalentes de qualidade, controle, rastreabilidade e responsabilização, independentemente de sua origem. Não se trata de criar barreiras à importação, mas de impedir que diferenças de fiscalização ou de exigências regulatórias se convertam em vantagem competitiva. A abertura comercial só produz os benefícios esperados quando ocorre sobre uma base de isonomia: quem vende no mercado brasileiro deve cumprir padrões compatíveis com aqueles exigidos de quem produz no Brasil.

O enfrentamento, portanto, precisa ir além de operações pontuais de fiscalização. Exige coordenação permanente entre órgãos federais, estaduais e aduaneiros, compartilhamento de informações, ampliação e fortalecimento da rede de laboratórios de referência e capacidade de rastrear lotes e embalagens ao longo de toda a cadeia. Exige também utilizar inteligência de dados para identificar padrões de irregularidade e concentrar a fiscalização nos pontos de maior risco. Regulação previsível para quem cumpre as regras e fiscalização efetiva para quem as contorna são, nesse sentido, partes da mesma agenda: reduzir o custo da conformidade e aumentar o custo da ilegalidade.

O Censo da Fiocruz mostrou que a base produtiva farmoquímica

existe: plantas capacitadas, automação, patentes, quatro em cada dez empresas já envolvidas em PDPs. O que falta não é capacidade, é engrenagem.

A Nova Indústria Brasil oferece a moldura, com a meta de produzir 70% dos insumos da saúde até 2033, mas só converterá diagnóstico em resultado se tratar a química fina como o que ela é: infraestrutura tecnológica das missões, da agroindústria sustentável à soberania, medida pela densidade da cadeia – quantos elos, processos, registros e pessoas permanecem dentro do país – e não pela localização do produto final.

A agenda do IdQ não pede autossuficiência. Pede a gestão estratégica das dependências: saber quais moléculas, processos e competências o Brasil precisa dominar – e criá-las onde o mercado sozinho não cria. Trinta anos depois da abertura que dizimou a química fina, o país tem, pela primeira vez em muito tempo, diagnóstico, cenários, agenda e um censo que mapeou a base industrial. Falta decisão política sustentada entre governos. A janela está aberta; a perda, como a história mostrou, também é rápida. Cabe ao país escolher, desta vez, defender o que já provou que sabe construir. ■



Divulgação

Andrey Freitas é Presidente Executivo da Abifina.



Humberto Tesk

Fernanda da Costa é Coordenadora de Relações Governamentais, Internacionais e Cadeia Química

